



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Ata de Reunião

Assunto da Reunião:	Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) - 2017
Data da Reunião:	24/3/2017, às 9h
Local da Reunião:	Sala de Aula da Escola Judicial – TRT7

Convidados:

Nome	Entidade/Unidade	Função
Comitê Regional de Planejamento Estratégico Institucional		
Maria José Girão	Desembargadora do Trabalho Presidente	Presidente da Comissão Regimental de Planejamento Estratégico e do Comitê Regional do PEI 2015-2020
Plauto Carneiro Porto	Desembargador do Trabalho	Membro da Comissão Regimental de Planejamento Estratégico e do Comitê Regional do PEI 2015-2020
Durval César de Vasconcelos Maia	Desembargador do Trabalho	Membro da Comissão Regimental de Planejamento Estratégico e do Comitê Regional do PEI 2015-2020
Paulo Régis Machado Botelho	Juiz-Auxiliar da Presidência	Membro do Comitê Regional do PEI 2015-2020
Comitê de Gestores		
José Antonio Parente da Silva	Desembargador do Trabalho, Gestor de Metas do CNJ	Suplente da Comissão Regimental de Planejamento Estratégico e Coordenador do Comitê de Gestores
Luisa Elisabeth Timbó Corrêa Furtado	Secretaria-Geral da Presidência (SGP)	Subcoordenadora do Comitê de Gestores
Francisco José Pontes Ibiapina	Diretoria-Geral (DG)	Membro do Comitê de Gestores
Daniel de Vasconcelos Páscoa	Gabinete do Desembargador do Trabalho José Antônio Parente da Silva	Membro do Comitê de Gestores – representante dos gabinetes de Desembargadores

Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 1ª RAE-2017
Realizada em 24/3/2017

Nome	Entidade/Unidade	Função
Ana Paula Borges de Araújo Zaupa	Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	Membro do Comitê de Gestores
Joarez Dallago	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Membro do Comitê de Gestores
Rozângela Maria Almeida Eloi	Secretaria de Gestão de Pessoas (SGPes)	Membro do Comitê de Gestores
Maria Eveline Fernandes Barreto	Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOF)	Membro do Comitê de Gestores
Ricardo Domingues da Silva	Secretaria de Controle Interno (SCI)	Membro do Comitê de Gestores
Alexei Rabelo Lima Verde	Secretaria da Corregedoria Regional (SCR)	Membro do Comitê de Gestores
Francisco Patrício Pinheiro	Secretaria Judiciária (SJ)	Membro do Comitê de Gestores
Ednevaldo Medeiros Pereira	Secretaria do Tribunal Pleno (STP)	Membro do Comitê de Gestores
Francisco Odenes Uchoa Pinto	Divisão de Comunicação Social (DCS)	Membro do Comitê de Gestores
Flávia Regina Cardoso Mendes Bezerra	Diretoria Executiva da Escola Judicial (DExec/EJUD)	Membro do Comitê de Gestores
POLOS REGIONAIS		
Polo Regional de Fortaleza		
Flávia Andréa Q. Façanha Ferreira	1ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de Fortaleza e seu representante no Comitê de Gestores
Alexandre Pinheiro Coe	2ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Joélia de Sousa Alexandre	3ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Maria Luíza Pinheiro Moreira	4ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Francialdo Rebouças Gondim	5ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Carmecilda Maria Moura de Andrade	6ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Luciano Dídimo Camurça Vieira	7ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Antonio Thirso R. G. Medeiros	8ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza

Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 1ª RAE-2017
Realizada em 24/3/2017

Nome	Entidade/Unidade	Função
Fernando José de Alencar Araripe Furtado	9ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Suelen de Fátima Morais Baptista de Sabóia	10ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Jamille Ipiranga de Lima	11ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Ana Cláudia A. Moura	12ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Geovanna Barros Leal da Silveira	13ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Francisca Jeane de Andrade Rocha Vieira	14ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Nelson Escossia Barbosa Neto	15ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Francisco Otávio Costa	16ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Fábio César Barroso Rios	17ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Sylvianne Fontenelle Santos de Oliveira	18ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Ana Eliza Florentino Holanda Coutinho	1ª VT de Caucaia (CE)	Membro do PR Fortaleza
Kílvia Silva de Sena	2ª VT de Caucaia (CE)	Membro do PR Fortaleza
Elene Zinni Vicentini	1ª VT de Maracanaú (CE)	Membro do PR Fortaleza
Fabrcio Holanda de Oliveira	2ª VT de Maracanaú (CE)	Membro do PR Fortaleza
Roberta Corrêa Martins Carvalho	VT de São Gonçalo do Amarante (CE)	Membro do PR Fortaleza
Mikael Tenório Freire	VT de Pacajus (CE)	Membro do PR Fortaleza
Gilberto Silva Holanda	VT de Eusébio (CE)	Membro do PR Fortaleza
Geraldo Hermes de Oliveira Leitão	VT de Baturité (CE)	Membro do PR Fortaleza
Igor Raphael Melo	SINDISSÉTIMA	Membro do PR Fortaleza
Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão, OAB/CE 14.770	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)	Membro do PR Fortaleza
Polo Regional de Quixadá		
Geyza de Freitas Moura Nantua	VT de Quixadá (CE)	Membro do Polo Regional de Quixadá
Ítalo Pedrosa Vasconcelos	VT de Aracati (CE)	Membro do PR Quixadá
Maria Verônica Lima de	VT de Limoeiro do Norte	Membro do PR Quixadá e seu

Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 1ª RAE-2017
Realizada em 24/3/2017

Nome	Entidade/Unidade	Função
Araújo	(CE)	representante no Comitê de Gestores
Francisco Edgar Rodrigues Barbosa	Sindicato dos Servidores da Sétima Região da Justiça do Trabalho - SINDISSÉTIMA	Membro do PR Quixadá
Reginaldo Silva Barbosa, OAB/CE 24.949	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)	Membro do PR Quixadá
Polo Regional do Cariri		
João Emanuel Bezerra Bastos	1ª VT do Cariri (CE)	Membro do Polo Regional do Cariri
Luís Eduardo Freitas Goulart	2ª VT do Cariri (CE)	Membro do PR Cariri
Paulo Rogério da Cunha Moura	3ª VT do Cariri (CE)	Membro do PR Cariri e seu representante no Comitê de Gestores
Mara Tacídia Cavalcante Assunção Bezerra	VT de Iguatu (CE)	Membro do PR Cariri
Vladimir Macedo Cruz Cordeiro, OAB/CE 22.761	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)	Membro do PR Cariri
Polo Regional de Sobral		
Rosanna de Moura Barros	1ª VT de Sobral (CE)	Membro do Polo Regional de Sobral e seu representante no Comitê de Gestores
Mônica de Araújo Fontes	2ª VT de Sobral (CE)	Membro do PR Sobral
Francisco Alves de Mendonça Júnior	VT de Crateús (CE)	Membro do PR Sobral
Abel Teixeira Arimatéia	VT de Tianguá (CE) e Sindicato dos Servidores da Sétima Região da Justiça do Trabalho - SINDISSÉTIMA	Membro do PR Sobral
Francisco Ranulfo Magalhães Rodrigues Júnior, OAB/CE 21.594	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)	Membro do PR Sobral
CONVIDADOS		
Antonio Gonçalves Pereira	AMATRA VII	Presidente da AMATRA VII
Marcelo Mota Gurgel do Amaral	Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/CE	Presidente da OAB-CE
Charles da Costa Bruxel	SINDISSÉTIMA	Presidente do SINDISSÉTIMA

Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 1ª RAE-2017
Realizada em 24/3/2017

Nome	Entidade/Unidade	Função
Ênio Antonio Costa Lopes	Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	Convidado
Célio Ricardo Lima Maia	Divisão de Licitações e Contratos (SAOF)	Convidado
Deven Moura Miller	Divisão de Material e Patrimônio	Convidada
Anacélia Brito	Escola Judicial	Convidada
Rozângela Maria A. Elói	Secretaria de Gestão de Pessoas	Convidada

Tópicos discutidos e decisões:

TEMA	Deliberações
Considerações iniciais	<p>Dra. Maria José (Presidente): A Desembargadora Presidente abriu a 2ª Reunião da Rede de Governança Colaborativa do TRT7, e 1ª Reunião de Análise da Estratégia de 2017.</p> <p>Ana Paula (SGE): Agradeceu a presença de todos, falou da importância da reunião. Teceu esclarecimentos sobre a necessidade do alinhamento anual do Plano do TRT7 aos Planos Estratégicos do CNJ e da Justiça do Trabalho (CSJT).</p>
<p>Tópico 1 – Revisão, para 2017, das Metas do Poder Judiciário Brasileiro</p> <p>a) Metas Nacionais – 2017</p> <p>b) Metas Específicas para a Justiça do Trabalho</p>	<p>Demonstradas as alterações nas metas do CNJ, para 2017, em apresentação em <i>Power point</i>. Principais registros, com destaque em vermelho das mudanças:</p> <p>Metas Nacionais – 2017:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Meta CNJ 1 (Meta 6 JT/PEI TRT7) – Julgar mais processos que os distribuídos Julgar o equivalente a 90% da quantidade de processos de conhecimento distribuídos no ano corrente, com redução proporcional, em cada tribunal, à redução do número de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos. ● Meta CNJ 2 (Meta 7 JT/PEI TRT7) – Julgar processos mais antigos Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, nos 1º e 2º graus. ● Meta CNJ 3 (Meta 9 JT/PEI TRT7) – Aumentar casos solucionados por conciliação Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação a média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, excluindo-se da base de cálculo os processos com desistência e arquivamento. ● Meta CNJ 5 (Meta 11 JT/PEI TRT7) – Impulsionar processos à execução Baixar, em 2017, 90% do total de casos novos de execução do

	<p>ano corrente, com redução proporcional, em cada tribunal, à redução do número de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.</p> <ul style="list-style-type: none">● Meta CNJ 6 (Meta 8 JT/PEI TRT7) – Priorizar julgamento de ações coletivas Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau e até 31/12/2015 no 2º grau.● Meta CNJ 7 (Meta 10 JT/PEI TRT7) – Priorizar julgamento de processos de maiores litigantes e recursos repetitivos Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior. <p>Metas Específicas para a Justiça do Trabalho – 2017:</p> <ul style="list-style-type: none">● Meta Específica CNJ para a JT – TMDP2 (Meta 4 JT/PEI TRT7) – reduzir TMDP2 Reduzir o tempo médio de duração do processo, no 2º Grau, em relação ao ano base 2016 (291 dias), em 4% (279 dias).● Meta Específica CNJ para a JT – TMDP1 (Meta 5 JT/PEI TRT7) – reduzir TMDP1 Reduzir o tempo médio de duração do processo, na fase de conhecimento do 1º Grau, em relação ao ano base 2016 (132 dias): em 2% (129 dias). <p>Das alterações em questão, assim como do alinhamento do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho ao Plano do CNJ (Resolução CSJT 178/2017), decorre a necessidade de nova revisão do PEI-TRT7, o que está corporificado em proposta ora apresentada aos membros presentes do Comitê Regional de Planejamento Estratégico Institucional para oportuna apreciação.</p> <p>Ana Paula (SGE): destacou que a apresentação será disponibilizada na <i>intranet</i>.</p> <p>Dra. Maria José (Presidente) destacou que o tempo de duração do processo está muito alto. Ana Paula (SGE) explicou que o tempo de duração do processo não é só o tempo no gabinete e sim o tempo total desde a distribuição até a baixa.</p>
<p>Tópico 2 – Relatório de Indicadores e Metas do TRT7 - 2017</p> <p>a) PEI-TRT7 2015-2020 – Revisão 1.2017</p>	<p>PEI-TRT7 2015-2020 – Revisão 1.2016</p> <p>OBJETIVO 1 – Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida – Meta JT/PEI-TRT7 1;</p> <p>OBJETIVO 2 – Aperfeiçoar a gestão de custos – Meta JT/PEI-TRT7 2;</p> <p>OBJETIVO 3 – Aprimorar a infra-estrutura e a governança de TIC – Meta JT/PEI-TRT7 3;</p> <p>OBJETIVO 4 – Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional – Metas JT/PEI-TRT7 4, 5, 6, 7 e 8 (Específicas CNJ para a JT e Metas CNJ 1, 2 e 6);</p> <p>OBJETIVO 5 – Estimular a conciliação e as soluções alternativas</p>

	<p>de negociação de conflitos – Meta JT/PEI-TRT7 9 (CNJ 3); OBJETIVO 6 – Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes – Meta JT/PEI-TRT7 10 (CNJ 7); OBJETIVO 7 – Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais – Meta JT/PEI-TRT7 11 (CNJ 5); OBJETIVO 8 – Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção – Meta JT/PEI-TRT7 12; OBJETIVO 9 – Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania – Meta JT/PEI-TRT7 13. Ana Paula (SGE): apresentou relação entre os objetivos estratégicos do Plano Estratégico Institucional do TRT7 com os Planos Estratégicos da Justiça do Trabalho e do Poder Judiciário Brasileiro (CNJ).</p>						
	<p>a) Situação dos indicadores x metas Ana Paula (SGE): referiu que os relatórios dos resultados de 2016 do Plano Estratégico do Poder Judiciário Brasileiro (CNJ) e do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho estão disponíveis no sítio do Tribunal, Início> Gestão Estratégica > PE 2015-2020 > Resultados. Demonstrados os resultados do PEI do TRT7, de 2016, em apresentação em <i>Power point</i>. Principais registros:</p>						
	<p>Objetivo 1. Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida</p>						
	<p>Meta 1: Atingir a faixa “inicial” do iGovPessoas, em 2016</p>						
<p>Tópico 2 – Relatório de Indicadores e Metas do TRT7 - 2016 b) Situação dos indicadores x metas</p>	<table border="1" data-bbox="536 1249 1043 1344"> <thead> <tr> <th>2016</th> <th>2018</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Inicial</td> <td>Intermediário</td> <td>Aprimorado</td> </tr> </tbody> </table> <p>O último resultado disponível do iGovPessoas é o de 2013, nota de 27,1%, estágio inicial. Em 2016 houve o levantamento correspondente a este indicador, mas sem resultado divulgado, até o momento. Ana Paula (SGE): esclareceu a que se referem os índices de Governança (“iGov”s), decorrentes de levantamentos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) junto a órgãos da Administração Pública Federal, focando nos três mecanismos da governança: liderança, estratégia e controle, que vêm, em regra, sendo aplicados de dois em dois anos. Enfatizou ainda a importância do desdobramento dos objetivos e das metas relacionadas aos “iGov”s em objetivos e metas com mensuração com periodicidade menor (mensal, bimensal etc), de forma a possibilitar uma melhor mobilização de esforços e adoção de medidas rumo ao alcance dos resultados desejados, assim como o monitoramento de tais metas e eventual correção de rumos antes do</p>	2016	2018	2020	Inicial	Intermediário	Aprimorado
2016	2018	2020					
Inicial	Intermediário	Aprimorado					

	<p>advento do novo iGov passados dois anos do anterior.</p> <p>Dra. Maria José (Presidente) destacou que é necessário o engajamento de todos os diretores de secretaria e demais gestores para o cumprimento das metas do PEI.</p> <p>Roberta (VT SGA): pediu esclarecimento sobre a parte de Controle envolvida nos iGovs. Ana Paula (SGE) falou sobre os controles internos administrativos, <i>check-lists</i>, p ex.: controles realizados nas VTs para emissão de uma carta precatória; e ainda sobre a Secretaria de Controle Interno. Joarez (STI) falou sobre a obrigatoriedade de observância dos processos padrões de TI como <i>Cobit</i> e <i>Itil</i>.</p>						
	<p>Objetivo 2. Aperfeiçoar a gestão de custos</p>						
	<p>Meta 2 - Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD), em relação à média de 2011, 2012 e 2013 (64,99%) em 2pp em 2016: 66,99%</p>						
	<p>Indicador: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)</p> <p>Ana Paula (SGE): destacou que o IEOD do nosso Tribunal foi muito alto, um desempenho excelente, atingindo um grau de cumprimento de 129,10%.</p>						
	<p>Objetivo 3. Aprimorar a infraestrutura e a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)</p>						
	<p>Meta 3 - Atingir a faixa “intermediário” do indicador iGov de TI, em 2016</p>						
	<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <thead> <tr style="background-color: #800000; color: white;"> <th>2016</th> <th>2018</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Intermediário</td> <td>Intermediário</td> <td>Aprimorado</td> </tr> </tbody> </table>	2016	2018	2020	Intermediário	Intermediário	Aprimorado
	2016	2018	2020				
	Intermediário	Intermediário	Aprimorado				
	<p>O último resultado disponível do iGovTI é o de 2014, nota de 50%, estágio intermediário.</p> <p>Em 2016 houve o levantamento correspondente a este indicador, mas sem resultado divulgado, até o momento.</p>						
<p>Objetivo 4. Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional</p>							
<p>Albergados no Objetivo 4, temos várias metas, todas estritamente relacionadas à área fim:</p> <p>Meta 4 (↔ a Meta CNJ Específica da JT) – Reduzir o prazo médio de duração do processo no 2º Grau, em relação ao ano base 2014 (243,6 dias), em 2%, em 2016 (239 dias);</p>							
<p>Indicador: Tempo Médio de Duração do Processo no 2º Grau, ou TMDP2.</p>							

	<p>Resultado: 291 dias Grau de cumprimento: 78,10% Ana Paula (SGE) destacou que o próprio monitoramento levado a efeito a partir de out/2016, já produziu sensível melhora nos tempos médios realizados nos meses de out, nov e dez/2016 (257, 236 e 246 dias, respectivamente).</p>
	<p>Meta 5 (↔ a Meta CNJ Específica da JT) – Reduzir o prazo médio de duração do processo no 1º Grau, na fase de conhecimento, em 1%, em relação ao ano base 2014 (123 dias), em 2016 (122 dias);</p>
	<p>Indicador: Tempo Médio de Duração do Processo no 1º Grau, ou TMDP1. Resultado: 132 dias Grau de cumprimento: 92,16% Ana Paula (SGE) destacou que o TRT7, embora não tenha conseguido cumprir a meta, alcançou um resultado excelente na redução no tempo médio de duração do processo no 1º grau.</p>
	<p>Meta 6 (↔ a Meta 1 CNJ) – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;</p>
	<p>Indicador: Índice de Processos Julgados (IPJ) Grau de cumprimento: 98,55%, tendo o 1º Grau realizado 99,05% e o 2º Grau 95,60%.</p>
	<p>Meta 7 (↔ à Meta CNJ 2) – Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014, nos 1º e 2º graus;</p>
	<p>Indicador: Índice de Processos Antigos (IPA) Grau de cumprimento: 101,07%, tendo o 1º Grau realizado 101,26% e o 2º Grau 100,36%. - <i>após retificações</i> -</p>
	<p>Meta 8 (1º Grau) (↔ à Meta CNJ 6) – Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau;</p>
	<p>Indicador: Índice de Ações Coletivas Julgadas – 1º Grau (IACJ1) Grau de cumprimento do IACJ1: 93,50% - <i>após retificações</i> -</p>
	<p>Meta 8 (2º Grau) (↔ à Meta CNJ 6) – Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 2º grau;</p>
<p>Indicador: Índice de Ações Coletivas Julgadas – 2º Grau (IACJ2) Grau de cumprimento do IACJ2: 100% Ana Paula (SGE) destacou que a SGE está trabalhando intensamente no acompanhamento das metas 7 e 8 para que os</p>	

	resultados espelhem a realidade. Para isso, identificando erros de alimentação e nos parâmetros das consultas do Sicond.
	Objetivo 5. Estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito
	Meta 9 (↔ à Meta CNJ 3) – Aumentar o ICONc, em relação à média do biênio 2013/2014 (41,62%), em 2016, 2 pp (43,62%);
	Indicador: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) Resultado: 42,96% Grau de cumprimento: 98,49%
	Objetivo 6. Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes
	Meta 10 (↔ à Meta CNJ 7) – Identificar e reduzir o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior (2.727), em 2% nos anos seguintes, até 2020 (2.672)
	Indicador: Índice de Redução do Acervo de Maiores Litigantes (IRA) Grau de cumprimento: 198,75%, tendo o 1º Grau realizado 213,09% e o 2º Grau 171,33%. Ana Paula (SGE) destacou o excelente resultado da meta 10, grau de cumprimento de 198,75%, tendo alcançado o melhor resultado do judiciário trabalhista nacional, o que foi registrado no Relatório de Resultados do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho.
	Objetivo 7. Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais
	Meta 11 (↔ à Meta CNJ 5) – Baixar mais processos do que as execuções iniciadas no período;
	Indicador: Índice de Execução (IE) Grau de cumprimento: 49,58% Ana Paula (SGE) informou que o baixo desempenho da Meta 11, foi influenciado por alterações nos parâmetros relativos a processos suspensos. Abel (VT TNG) destacou que o desempenho pode ter sido afetado, ainda, pelo aumento dos casos novos de execução, com a estrutura para sua resolução mantida a mesma. Jamille (11ª VTF) lembrou ainda que o bom desempenho do exercício de 2015 (184,13%) certamente contou com a contribuição de equipe que atuou, naquele ano, em mutirão junto às Varas do Trabalho, constituída pela Comissão de Efetividade da Execução.
Objetivo 8. Fortalecer os processos de governança e o	

	combate à corrupção									
	Meta 12 - Aumentar, em relação à última apuração (em 2014 – 29%), a pontuação do iGov em 3 pp em 2016 (32%)									
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2016</th> <th>2018</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3pp</td> <td>9pp</td> <td>15pp</td> </tr> <tr> <td>32%</td> <td>38%</td> <td>44%</td> </tr> </tbody> </table>	2016	2018	2020	3pp	9pp	15pp	32%	38%	44%
	2016	2018	2020							
	3pp	9pp	15pp							
32%	38%	44%								
O último resultado disponível do iGov é o de 2014, nota de 29%, estágio inicial. Em 2016 não houve o levantamento correspondente a este indicador.										
Objetivo 9. Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania										
Meta 13 - Atingir e manter a pontuação entre 55 e 69*, em 2016										
Indicador: Índice de Alcance de Metas (IAM)										
Resultado: 41 pontos										
Grau de cumprimento: 74,55% - após retificação										
* ante não cômputo dos resultados dos “iGov”s, não disponibilizados em 2016.										
Ana Paula (SGE) destacou que o baixo desempenho do IAM foi bastante impactado pelos resultados das Metas de TMPD2 e IE, ambas de peso 3, que tiveram grau de cumprimento inferior a 80%, resultando em não pontuação. As duas metas, em seu melhor resultado, acresceriam 18 pontos ao IAM.										
Tópico 3 – Alinhamento de Iniciativas e Projetos estratégicos	Iniciativas e Projetos									
	Demonstrado o alinhamento de iniciativas e projetos considerados estratégicos em apresentação em <i>Power point</i> .									
	Ana Paula (SGE) destacou que está sendo executado um trabalho, em vias de conclusão, no escritório de projetos para atualização dos mesmos no site do escritório de projetos.									
	Citado, entre os projetos alinhados ao <u>Objetivo 1 (Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida)</u> , o do Retrofit do Ed. Manoel Arízio de Castro, assim como equipamentos de segurança e a instalação do CFTV no complexo sede do TRT7.									
	Ibiapina (DG) destacou que, no Ed. Manoel Arízio, já foram feitas a recuperação dos elevadores, móveis de marcenaria; está em vias de finalização a sinalização visual. Falta ainda recuperar gerador, fazer ligação da telefonia entre os edifícios Dom Helder e Arízio de Castro, assim como recuperação da subestação e do estacionamento interno.									
Eveline (SAOF) lembrou que uma iniciativa a ser incluída alinhada ao Objetivo 1 é a instalação de paraciclos. Ana Paula (SGE)										

lembrou ainda, relacionadas à segurança, da decisão da Comissão de Segurança Institucional de aquisição de esteiras de raio x.

Carmecilda (6ª VTF) destacou a necessidade de extensão, o quanto antes, de sistema similar de CFTV nos edifícios do Fórum Autran Nunes, para o qual ocorre número significativo de usuários diariamente.

Dr Paulo Regis (Juiz-Auxiliar da Presidência) explicou a razão da instalação do sistema CFTV no TRT7, para o qual já havia projeto ao final de 2016, quando houve liberação de recurso.

Ibiapina (DG) acrescentou que os projetos para instalação no complexo do Fórum estão em andamento, e que há previsão de instalação dos portais de controle de acesso em todas as varas, incluindo o interior.

Dra. Maria José (Presidente) falou da importância do aperfeiçoamento da segurança no TRT7 e destacou que estão sendo estudadas e executadas diversas formas para prover mais segurança nas VTs e no Tribunal.

Dentre os projetos alinhados ao Objetivo 4 (Assegurar a celeridade a produtividade na prestação jurisdicional) foi citado o da Conversão de Processos Físicos em Eletrônicos – CLE/PJe-JT.

Otávio (16ª VTF) destacou que estão trabalhando para o avanço da CLE, que a conversão dos processos se torna muito mais ágil quando não há atendimento ao público. Que no Proad que trata do tema, há sugestão de autorizar o não atendimento ao público nos dias úteis da semana santa (sem interferência nas audiências) e na semana institucional. **Dra. Maria José (Presidência)** sugeriu que a conversão poderia ser feita em final de semana com a compensação via banco de horas.

Flávia (1ª VTF) registrou sua preocupação com os prazos da Vara, ante os esforços concentrados para a CLE.

Quando listadas as iniciativas alinhadas ao Objetivo 5 (Estimular a conciliação e as soluções alternativas de negociação de conflitos), **Ana Paula (SGE)** lembrou de incluir a criação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (NUPEMEC).

Luísa (SGP) registrou que, além da Semana Nacional de Conciliação promovida pelo CNJ, o CSJT realiza Semana Nacional de Execução e também Semana Nacional de Conciliação.

Por ocasião da relação de projetos e iniciativas alinhadas ao Objetivo 9 (Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania), **Deven (DMP)** solicitou incluir como iniciativas o plano de logística sustentável e a logística reversa incluída nos editais e processos de contratações do Tribunal.

Concluída a apresentação dos projetos e iniciativas alinhados aos objetivos estratégicos, foi dada a palavra a quem desejasse sanar dúvida ou apresentar sugestão.

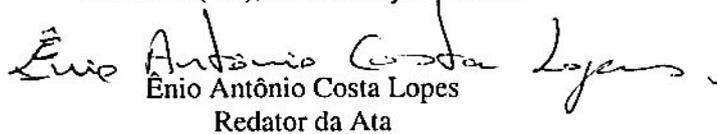
Abel (VT TNG) sugeriu que, na semana seguinte à correição, seja enviada uma equipe da gestão estratégica às Varas, a fim de

Reunião da Rede de Governança Colaborativa e 1ª RAE-2017
Realizada em 24/3/2017

	<p>analisar, <i>in loco</i>, os dados e sensibilizar e direcionar a atuação das respectivas equipes a fim de atingirem as metas estabelecidas no PEI-TRT7.</p> <p>Ana Paula (SGE) falou da importância do <i>feedback</i> das varas para o saneamento da base de dados quando do envio de relatórios às VTs.</p> <p>Sugeriu avaliar-se a possibilidade de agendar encontros com o agrupamento de algumas varas para análise mais detalhada, além de se aliar os encontros de Diretores de VTs e de Assessores de Desembargadores com explanação e relatórios da SGE.</p> <p>Dra. Maria José (Presidente) citou comissão criada em sua gestão, que conta com participação da Diretoria-Geral, SAOF, Engenharia, TI, para levantamento das necessidades das Varas do Trabalho, com visitas <i>in loco</i>, mas não garantiu a criação de comissão similar para a visita com vistas a acompanhamento da estratégia, por limitações de servidores para isso.</p> <p>Jamille (11ª VTF) destacou a importância da comissão de efetividade da execução e do mutirão por ela conduzido junto ao 1º Gfau, sugerindo que sua equipe já levasse às VTs relatórios da SGE pertinentes ao tema, a fim de auxiliá-los no cumprimento das metas.</p> <p>Dra. Maria José (Presidente) destacou que a equipe da corregedoria tem ajudado muito às VTs com relatórios de cumprimentos de metas nas correições.</p> <p>Alexei (Sec. Corregedoria) agradeceu a todos pela colaboração e à Gestão Estratégica pela colaboração com os relatórios das metas.</p>
Considerações finais	<p>Dra. Maria José (Presidente): destacou a importância do engajamento dos servidores do 1º grau para que o planejamento estratégico produza bons resultados.</p> <p>Informou que foram autorizadas 43 redistribuições com cargo vago, autorizadas pelo CSJT, 6 redistribuições entre cargos ocupados (permutas) e 4 redistribuições de cargos vagos em decorrência de vacância por posse em cargos inacumuláveis, totalizando 53 redistribuições, a fim de incrementar o quadro de servidores do TRT7.</p> <p>Falou da importância de valorização dos servidores pelos gestores, e da primazia do ser humano ante as metas.</p> <p>Ana Paula (SGE): agradeceu a presença de todos e falou que o grande objetivo é que cada unidade e cada servidor compreenda onde ele se encaixa e a sua contribuição na engrenagem do sistema.</p>
Próxima Reunião	A ser designada oportunamente.

Presenças registradas em lista anexa.

Fortaleza (CE), 24 de março de 2017.


Enio Antônio Costa Lopes
Redator da Ata